

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.188.195 - SP (2017/0256959-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : WILSON RODRIGUES DE FARIA - SP122287
LEONARDO MAZZILLO - SP195279

EMENTA

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DECADÊNCIA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. ALEGADA DESCONSIDERAÇÃO DE ELEMENTO PROBATÓRIO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AGRADO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança, objetivando a declaração de inexigibilidade do crédito tributário controlado no Processo Administrativo 13805.002386/93-32,.

III. O Tribunal de origem, com base no exame dos elementos fáticos dos autos, reformou a sentença, consignando que "realizados os depósitos em 30.01.1992, 20.02.1992, 20.03.1992 e 15.04.1992, cabia à fazenda apurar a sua integralidade, do que decorreria a suspensão ou não da exigibilidade do crédito, bem como efetuar o lançamento de eventuais diferenças apuradas dentro do prazo fixado pelo artigo 150, § 4º, do CTN. Entretanto, somente em 2005 (fls. 117/119) foi verificada a insuficiência dos valores depositados e intimado administrativamente o contribuinte para realização do pagamento, após o decurso do prazo quinquenal".

IV. A alegação de que não teria ocorrido "a decadência tendo em vista o não lançamento de ofício, eis que não foi considerada a lavratura do termo de intimação, com suspensão da exigibilidade, constante dos autos às fls. 83/94, datada de 06.01.1992" somente poderia ser apreciada mediante o revolvimento do conjunto fático-probatório. Desse modo, o entendimento firmado pelo Tribunal **a quo** – no sentido de que os créditos tributários objeto dos autos foram atingidos pela decadência – não pode ser revisto, pelo Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

V. Ainda que assim não fosse, quanto à alegada violação aos arts. 142, 173, I, e 174 do Código Tributário Nacional, a agravante não demonstra de que modo e por que razões teria o Tribunal de origem ofendido os aludidos dispositivos, atraindo, por analogia, a incidência da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"). Nesse sentido: STJ, AREsp 1393562/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/10/2019; AgInt no AREsp 481.971/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/09/2019.

VI. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora